

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS

Edital 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	114618-UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS	RAFAEL JUNIO ANDRADE ALVES	03/06/2026 15:37 (v 0.15)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	21/2026	03631.000245/2026-46

1. DO OBJETO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

(114618)

OBJETO

Registro de preços para a Contratação de serviços contínuos de locação de veículos para a Superintendência Estadual do IBGE em Minas Gerais (SES/MG) e para a Superintendência Estadual do IBGE em Tocantins (SES/TO), a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 8.290.293,12 (oito milhões duzentos e noventa mil duzentos e noventa e três reais e doze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/06/2026 às 9h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço por grupo

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº 03631.000245/2026-46)

Torna-se público que o IBGE, por meio de sua Superintendência Estadual no Estado de Minas Gerais, sediada na rua Oliveira, 523, Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30310-150, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de locação de veículos para a Superintendência Estadual do IBGE em Minas Gerais (SES/MG) e para a Superintendência Estadual do IBGE em Tocantins (SES/TO), sem motoristas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em lote único, formado por 2 (dois) grupos, conforme tabela constante no item 1.1 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem cada grupo.
- 1.2.1. O licitante poderá oferecer proposta para um ou para ambos os grupos, sendo obrigatório apresentar ofertas para todos os itens dentro de um mesmo grupo.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo III deste Edital).
- 2.2. Os quantitativos máximos previstos para a presente contratação, conforme item 1.1 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), encontram-se discriminados a seguir:

GRUPO	ITEM	ÓRGÃO	QUANTIDADE MÁXIMA ARP
1	1	IBGE MG	12
	2		12
	3		06
2	4	IBGE TO	20
	5		10
	6		10
TOTAL			70

Exigências Complementares: Para todos os itens e grupos, os veículos deverão ter no máximo 2 anos de fabricação e 20.000 km rodados.

- 2.2.1. A presente contratação será realizada por Sistema de Registro de Preços. Assim, os quantitativos acima indicados correspondem às quantidades máximas estimadas por grupo para a Ata de Registro de Preços (ARP), não constituindo obrigação de contratação integral, nem garantindo a solicitação de todos os itens ou de sua totalidade em uma única demanda.
- 2.2.2. Respeitando as disposições do item acima, o quantitativo mínimo de veículos a ser contratado de imediato pelos órgãos participantes corresponde a 80% (oitenta por cento) da quantidade registrada na Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu

representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7.1. Conforme art. 14, inciso IV, da Lei 14.133/2021, o vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, trabalhista ou civil (este último dizendo respeito a parentesco) se refere aos dirigentes da empresa contratada e não aos empregados da empresa e se aplica à equipe de contratação (pregoeiro e equipe de apoio) da contratante, além dos gestores e fiscais do contrato.

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4.1.1. O orçamento do pregão não é sigiloso, sendo o valor estimado que deve ser considerado para a elaboração da proposta, R\$ 8.290.293,12 (oito milhões duzentos e noventa mil duzentos e noventa e três reais e doze centavos), sendo de total responsabilidade dos participantes do procedimento licitatório o risco de ter a respectiva proposta recusada por apresentar valor acima do estimado.

4.1.2. Os valores unitários dos itens em cada um dos dois grupos estão discriminados no item 1.1. do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6.3. O presente procedimento licitatório não apresenta item exclusivo para ME/EPP sendo ampla a participação dos fornecedores.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendárioSD anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário/veículo para cada item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, assim entendido o **valor unitário mensal multiplicado por 24 (vinte e quatro) meses**, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem um mesmo grupo, podendo ainda o licitante participar de um ou de ambos os grupos, conforme item 1.2 deste Termo de Referência.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1 % (um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025 .

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. empresas brasileiras;

7.23.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, que abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência

8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.1.4. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.14. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo 2 (duas) horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia;

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)**

dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **2 (dois)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **2 (dois)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo inicial de vigência da contratação é 24 (vinte e quatro) meses.

10.5.1. Nos primeiros 12 (doze) meses do contrato, o item/veículo será contratado para inicialmente o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do respectivo aceite do veículo pelo setor responsável do órgão /entidade.

10.5.2. Os veículos solicitados após transcorridos 12 (doze) meses da vigência contratual terão prazo de utilização mínima correspondente ao período remanescente de vigência do contrato.

10.5.3. Nos contratos resultantes da Ata, será admitido o aumento de 25% do quantitativo, bem como a contratação de quantitativo que não venha a ser imediatamente utilizado, havendo pagamento apenas da parcela que venha a ser efetivamente usada no período, de forma a reduzir a necessidade de aditivos contratuais a cada necessidade de incremento.

10.5.4. Em qualquer hipótese, deverá ser respeitado o limite máximo de vigência de 10 (dez) anos previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.5. Caso o uso do veículo objeto do contrato se estenda por mais de 24 (vinte e quatro) meses o veículo deverá ser substituído por outro nas mesmas condições do item 1.1 do Termo de Referência, anexo a este edital, voltando a contar o prazo mínimo de locação previsto no item 10.5.2.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo inicialmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser solicitados por meio do e-mail licitacoes.mg@ibge.gov.br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4.1. Em virtude das especificidades dos itens licitados, o presente processo licitatório não exigirá amostra de item.

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de

penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail licitacoes.mg@ibge.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais?q=114618&status=todos&pagina=1>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo IV - Resumo do Edital.

Belo Horizonte, (ver data da assinatura digital).

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RUBIA FRANCISCA SILVA LENZA

Autoridade competente

EDUARDO DE BRITTO

Pregoeiro

ADRIEL BARBOSA SILVA

Equipe de apoio

RAFAEL JUNIO ANDRADE ALVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 15:37:20.

ANEXO I

DO EDITAL

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS

Termo de Referência 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	114618-UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS	RAFAEL JUNIO ANDRADE ALVES	03/06/2026 12:43 (v 0.13)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	21/2026	03631.000245/2026-46

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 03631.000245/2026-46)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de locação de veículos para Superintendência Estadual do IBGE em Minas Gerais (SES/MG) e suas Agências e para a Superintendência Estadual do IBGE em Tocantins (SES/TO), a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento .

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL 24 MESES
	1	Veículos leves 4x2: Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.0, altura mínima do solo de 185 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex (etanol/gasolina), equipados com direção assistida (hidráulica ou elétrica), ar-condicionado, airbags frontais e sistema de freios ABS, devendo ainda possuir porta-malas	4014	veículo/mês	12	R\$ 3.225,00	R\$ 38.700,00	R\$ 928.800,00

1		com capacidade compatível para uso institucional. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Kwid, Fiat Mobi Trekking. Localidade: Minas Gerais						
	2	Veículos intermediários 4x2: Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.3 ou superior, altura mínima do solo de 200 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex ou diesel, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, capacidade de carga compatível com atividades operacionais, especialmente no caso de picapes. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Duster, Fiat Strada. Localidade: Minas Gerais	4014	veículo/mês	12	R\$ 4.525,00	R\$ 54.300,00	R\$ 1.303.200,00
	3	Veículos off-road 4x4: Veículos automotores com tração 4x4, preferencialmente com opção de reduzida, do tipo SUV, jipe ou picape de porte compacto ou médio, altura mínima do solo de 210 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, motorização compatível com uso em terrenos irregulares, combustível diesel ou flex, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, sendo desejável a presença de proteções inferiores para componentes mecânicos, adequados à circulação em áreas de difícil acesso. Modelos equivalentes ou similares a: Suzuki Jimny, Mitsubishi Pajero. Localidades: Minas Gerais e Rio de Janeiro	4014	veículo/mês	06	R\$ 8.917,43	R\$ 53.504,58	R\$ 1.284.109,92

2	4	Veículos leves 4x2: Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.0, altura mínima do solo de 185 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex (etanol/gasolina), equipados com direção assistida (hidráulica ou elétrica), ar-condicionado, airbags frontais e sistema de freios ABS, devendo ainda possuir porta-malas com capacidade compatível para uso institucional. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Kwid, Fiat Mobi Trekking. Localidade: Tocantins	4014	veículo/mês	20	R\$ 3.225,00	R\$ 64.500,00	R\$ 1.548.000,00
	5	Veículos intermediários 4x2: Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.3 ou superior, altura mínima do solo de 200 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex ou diesel, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, capacidade de carga compatível com atividades operacionais, especialmente no caso de picapes. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Duster, Fiat Strada. Localidade: Tocantins	4014	veículo/mês	10	R\$ 4.525,00	R\$ 45.250,00	R\$ 1.086.000,00
	6	Veículos off-road 4x4: Veículos automotores com tração 4x4, preferencialmente com opção de reduzida, do tipo SUV, jipe ou picape de porte compacto ou médio, altura mínima do solo de 210 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, motorização compatível com uso em terrenos irregulares, combustível diesel ou flex, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e	4014	veículo/mês	10	R\$ 8.917,43	R\$ 89.174,30	R\$ 2.140.183,20

		freios ABS, sendo desejável a presença de proteções inferiores para componentes mecânicos, adequados à circulação em áreas de difícil acesso. Modelos equivalentes ou similares a: Suzuki Jimny, Mitsubishi Pajero. Localidades: Tocantins						
TOTAL								R\$ 8.290.293,12

Exigências Complementares: Para todos os itens e grupos, os veículos deverão ter no máximo 2 anos de fabricação e 20.000 km rodados.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: Superintendência Estadual do IBGE em Minas Gerais					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
01	Veículos leves 4x2: Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.0, altura mínima do solo de 185 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex (etanol/gasolina), equipados com direção assistida (hidráulica ou elétrica), ar-condicionado, airbags frontais e sistema de freios ABS, devendo ainda possuir portamalas com capacidade compatível para uso institucional. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Kwid, Fiat Mobi Trekking.	veículo/mês	10	12	12
02	Veículos intermediários 4x2: Veículos automotores	veículo/mês	10	12	12

	com tração 4x2, motorização mínima 1.3 ou superior, altura mínima do solo de 200 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex ou diesel, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, capacidade de carga compatível com atividades operacionais, especialmente no caso de picapes. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Duster, Fiat Strada.				
03	Veículos off-road 4x4: Veículos automotores com tração 4x4, preferencialmente com opção de reduzida, do tipo SUV, jipe ou picape de porte compacto ou médio, altura mínima do solo de 210 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, motorização compatível com uso em terrenos irregulares, combustível diesel ou flex, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, sendo desejável a presença de proteções inferiores para componentes mecânicos, adequados à circulação em áreas de difícil acesso. Modelos equivalentes ou similares a: Suzuki Jimny, Mitsubishi Pajero.	veículo/mês	04	06	06

Órgão Participante: Superintendência Estadual do IBGE em Tocantins					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

		MEDIDA			
04	Veículos leves 4x2: Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.0, altura mínima do solo de 185 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex (etanol/gasolina), equipados com direção assistida (hidráulica ou elétrica), ar-condicionado, airbags frontais e sistema de freios ABS, devendo ainda possuir portamalas com capacidade compatível para uso institucional. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Kwid, Fiat Mobi Trekking.	veículo/mês	12	20	20
05	Veículos intermediários 4x2: Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.3 ou superior, altura mínima do solo de 200 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex ou diesel, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, capacidade de carga compatível com atividades operacionais, especialmente no caso de picapes. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Duster, Fiat Strada.	veículo/mês	10	10	10
06	Veículos off-road 4x4: Veículos automotores com tração 4x4, preferencialmente com opção de reduzida, do tipo SUV, jipe ou picape de porte compacto ou médio, altura mínima do solo de 210 mm,	veículo/mês	10	10	10

capacidade para no mínimo 4 passageiros, motorização compatível com uso em terrenos irregulares, combustível diesel ou flex, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, sendo desejável a presença de proteções inferiores para componentes mecânicos, adequados à circulação em áreas de difícil acesso. Modelos equivalentes ou similares a: Suzuki Jimny, Mitsubishi Pajero.				
--	--	--	--	--

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (Anexo I deste Termo de Referência).

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, conforme art 106 e 107 da Lei 14.133/2021, tendo em vista, ainda que, conforme art. 15 da Instrução Normativa 05/2017/MPOG, devido à essencialidade que possuem, objetivam atender a necessidade pública de forma permanente e contínua por mais de um exercício financeiro, de forma a assegurar o funcionamento das atividades finalísticas da entidade/órgão pública (o), sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que o IBGE realiza inúmeras pesquisas contínuas durante todos os anos e também outras de grande vulto, como o Censo Agropecuário, Aquícola e Florestal que irá ocorrer 2027.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **24 meses** contados do(a) **assinatura do Contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A autoridade competente da Administração Pública deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

1.6. A Administração atestará no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

1.6.1. O contrato somente será assinado após a assinatura da Ata de Registro de Preços e emissão do primeiro empenho.

1.6.2. Caberá a cada órgão/entidade assinar o respectivo contrato conforme suas necessidades, sendo a quantidade máxima e mínima estimada por ano civil.

1.6.3. A quantidade máxima e mínima estimada é anual e em cada solicitação feita pelo respectivo órgão/entidade, o item/veículo será contratado para inicialmente o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do respectivo aceite do veículo pelo setor responsável do órgão/entidade.

1.7. A Administração tem a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo I deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 33787094000140-0-000010/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 24/04/2025;
- III. Id do item no PCA: 17, 18 e 19;
- IV. Classe/Grupo: 721;
- V. Identificador da Futura Contratação: 114618/000021/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo I deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes;

4.1.2. Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, B ou C (para os veículos de passeio) e A, B, C ou D (para os veículos camionetes) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), na comparação absoluta geral;

4.2. A Contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável estipulado pela Portaria SEGES/ME Nº 8.678, de 19 de Julho de 2021, que Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.3. A Contratação esta alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019-2023).

Indicação de marcas ou modelos

4.4. Na presente contratação, para cada item, foram indicados modelos de referência para os veículos, conforme tabela constante do item 1.1. Deve-se observar, no entanto, que tais modelos não possuem qualquer caráter vinculante, ou seja, serão admitidos modelos equivalentes ou semelhantes aos apontados, desde que atendidas as demais especificações de cada item.

Subcontratação

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **20%** (vinte por cento) do valor total do contrato.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.10. O Contratado deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.11. O Contratado será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

Garantia da contratação

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (**cinco** por cento) do valor **anual** da contratação.

4.13. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.13.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.13.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.13.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.13.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.13.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.14. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.17. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.17.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.18.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.18.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.18.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.19. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.20. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.22. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.22.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.22.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.23. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.23.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.23.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.24. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.25. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.26. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.27. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.28. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 20 dias corridos da assinatura do contrato, prorrogável por mais 20 dias corridos, se necessário, desde que justificado e aprovado pela contratante.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. entregar os veículos solicitados até 20 dias corridos após a solicitação por e-mail;

5.1.2.2. As entregas de pedidos feitos pelo IBGE/MG deverão ser realizadas no horário de expediente do IBGE/MG (8 às 17 h, de segunda a sexta-feira) e as entregas de pedidos feitos pelo IBGE/TO devem ser realizada no horário de expediente deste órgão informado no respectivo site oficial;

5.1.2.3. disponibilizar os veículos conforme a marca, o modelo e as especificações discriminadas em sua proposta;

5.1.2.4. os veículos entregues deverão estar em perfeitas condições de funcionamento, de conservação, pintura, segurança e higiene, equipados com cintos de segurança, pneu de socorro e demais acessórios exigidos pela legislação pertinente, bem como, a documentação atualizada;

5.1.2.4.1 os veículos que não atendam às disposições contratuais serão recusados pela fiscalização e deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

5.1.2.5. a empresa deverá fazer a manutenção preventiva e corretiva dos veículos para mantê-los em perfeitas condições de funcionamento, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

5.1.2.6. Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próxima de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread Wear Indicators).

5.1.2.7. A Contratada manterá seguro com proteção para acidentes com perda total, roubo, furto, incêndio e contra terceiros, com cobertura para danos pessoais e materiais, sem franquia para a Contratante, durante o prazo de vigência da contratação, devendo comprovar essa condição a qualquer tempo, caso requerido pela Contratante.

5.1.2.7.1. Os limites mínimos de cobertura do seguro são:

- a) Danos materiais a terceiros R\$ 100.000,00;
- b) Danos corporais a terceiros R\$ 150.000,00;
- c) Danos morais a terceiros R\$ 5.000,00.

5.1.2.7.2. A apólice deverá ser encaminhada ao Gestor do Contrato, no mínimo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas anteriormente à entrega do veículo.

5.1.2.7.3. O veículo somente será recebido pelo IBGE caso a apólice respeite todas as exigências elencadas acima.

5.1.2.7.4. A contratada poderá optar pela autogestão dos veículos para assumir a responsabilidade relacionada ao seguro, desde que mantidos os limites mínimos de cobertura do seguro (item 5.1.2.7.1).

5.1.2.8. Em caso de substituição de veículo por razões de quebra, acidente ou defeito mecânico, substituir por outro nas mesmas condições, nos seguintes intervalos de tempo:

- a) 48 (quarenta e oito) horas – para quando o transporte esteja sendo executado em áreas distantes mais de 200 km (duzentos quilômetros) da regional para onde for alocado o veículo em Minas Gerais, conforme Quadro II do ETP (Anexo I deste Termo de Referência);
- b) 24 (vinte e quatro) horas - para quando o transporte esteja sendo executado em áreas distantes menos de 200 Km (duzentos quilômetros) da regional para onde for alocado o veículo em Minas Gerais, conforme Quadro II do ETP (Anexo I deste Termo de Referência).
- c) 48 (quarenta e oito) horas - para quando o transporte esteja sendo executado em áreas distantes mais de 200 Km (duzentos quilômetros) de Palmas/Tocantins no caso da Superintendência Estadual do IBGE/TO;
- d) 24 (vinte e quatro) horas - para quando o transporte esteja sendo executado em áreas distantes menos de 200 Km (duzentos quilômetros) de Palmas/Tocantins no caso da Superintendência Estadual do IBGE/TO;

5.1.2.8.1. Os veículos entregues em definitivo deverão ser de propriedade da empresa contratada, podendo os veículos de substituição temporária ser de propriedade de empresa integrante do mesmo grupo econômico;

5.1.2.9. A Contratada deverá reembolsar a Administração, mediante desconto em suas faturas ou através de qualquer outro meio de cobrança a critério da Administração, por todas as despesas que esta tiver de efetuar para suprir falhas ocorridas nos serviços contratados pelo objeto desta licitação, em

consequência de ação ou omissão da Contratada e arcar com todo e qualquer dano e prejuízo causado à Administração;

5.1.2.10. Não havendo substituição do veículo no prazo previsto, por qualquer motivo, a locação será considerada como não concretizada, não cabendo, portanto, o seu faturamento. Fica resguardada à Administração o direito de utilizar-se de outros meios para atendimento à sua demanda, assim como fica a Contratada sujeita às penalidades previstas no contrato.

5.1.2.11. Em caso de multas por infrações de trânsito, a Contratada deverá encaminhar a Notificação de Infração de Trânsito, digitalizada, via e-mail, em até 15 dias antes do prazo final para defesa.

a) nos casos em que o IBGE não for notificado dentro do prazo supracitado, a Contratada se responsabilizará integralmente pelas consequências legais da não apresentação do condutor no prazo especificado na notificação;

b) não serão ressarcidas multas por “Não Identificação do Condutor (NIC)” caso a Contratada não cumpra os referidos prazos;

c) a Contratada deverá anexar cópia do comprovante de pagamento de multa, devidamente identificado na fatura, para ressarcimento por parte da Contratante;

d) as multas deverão ser pagas dentro do prazo de vencimento, assegurando que o pagamento se dê com o devido desconto legal.

e) caso a Contratada não efetue o pagamento dentro do prazo, a Contratante ressarcirá apenas o valor da multa com desconto nos termos do Art. 284 do Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações, sem qualquer majoração decorrente de atrasos de pagamento.

f) é vetada a identificação automática por parte da Contratada em nome do servidor responsável pelo contrato ou pela retirada do veículo, cabendo penalização direta caso isso ocorra, bem como, correção imediata junto ao Detran.

g) As multas devidas durante o licenciamento podem ser quitadas pela CONTRATADA, caso o servidor responsável não as tenha quitado, cabendo neste caso o ressarcimento da Contratada pela Contratante.

h) O ressarcimento só será devido caso o servidor que cometeu a infração não tenha realizado o pagamento da infração e, nesse caso, poderá ser emitido um boleto ou fatura para pagamento com PIX ou depósito em conta pela área contábil/financeira do órgão contratante.

i) A contratada poderá efetuar o pagamento das multas dos veículos desmobilizados, caso o servidor responsável ainda não tenha realizado o pagamento, e poderá emitir um boleto ou fatura para pagamento com PIX ou depósito em conta pela área contábil/financeira do órgão contratante.

5.1.2.12. Os quantitativos são estimativos, não tendo a administração a obrigação de contratá-los em sua totalidade.

5.1.2.12.1. Respeitando as disposições do item acima, o quantitativo mínimo de veículos a ser contratado de imediato pelos órgãos participantes corresponde a 80% (oitenta por cento) da quantidade registrada na Ata de Registro de Preços.

5.1.2.13. Devido à demanda, em alguns meses o quantitativo mensal de veículos poderá ser diferente da quantidade mensal estimada, podendo variar para mais ou para menos, ou até mesmo não ter nenhuma locação no mês.

5.1.2.14. os veículos deverão ser substituídos quando sua quilometragem atingir 40.000 Km, por veículos, nas mesmas condições das exigências iniciais.

5.1.2.15. Nos casos de danos mecânicos nos veículos, manutenções veiculares decorrentes de mau uso e avarias veiculares todas as três situações advindas de dolo, mau uso ou culpa do condutor, a

Contratada deverá arcar com os custos e solicitar, via contato de e-mail oficial, a abertura do respectivo processo administrativo de responsabilização do servidor e a análise do pedido de ressarcimento.

5.1.2.16. Nos casos de danos mecânicos nos veículos, manutenções veiculares decorrentes de mau uso e avarias veiculares todas as três situações advindas de dolo, mau uso ou culpa do condutor, havendo dano a terceiros, é obrigatória a apresentação do Boletim de Ocorrência pelo servidor público envolvido para instrução processual e as devidas responsabilizações e o correto ressarcimento conforme o caso.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. A entrega dos veículos será na sede do IBGE/MG, rua Oliveira, numero 523, Bairro Cruzeiro, BH/MG, no . horário comercial de 2ª à 6ª feira entre 8h e 12h e 14h e 18 h.

5.2.1 A entrega dos veículos solicitados pelo IBGE/TO será na Q. 401 Sul Avenida Joaquim Teotônio Segurado, 17 - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77015-554.

5.3. Os serviços solicitados pelo IBGE/MG serão prestados no seguinte endereço: na cidade sede/referência designada no Quadro II do ETP (Anexo I deste Termo de Referência) para qual o veículo foi enviado.

5.3.1. Os serviços solicitados pelo IBGE/TO serão prestados no seguinte endereço Q. 401 Sul Avenida Joaquim Teotônio Segurado, 17 - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77015-554.

5.4. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção, observado o atendimento aos requisitos constantes do Tópico 5 - Modelo de Execução do Objeto.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.219 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. 2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA /IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/02/2026 .

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA/IBGE , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37.1. Além de possuir uma abrangência nacional, o IPCA/IBGE assegura maior estabilidade e previsibilidade aos contratos, permitindo que contratados e contratantes tenham condições de aferir com maior exatidão os valores das respectivas prestações e contra-prestações no curto, médio e longo prazo. Por fim, tal índice assegura a preservação do valor real das prestações, pois equilibra a variação dos custos de insumos e mão de obra em geral, permitindo uma segura e exata correção dos valores das prestações (serviços) em função do natural processo inflacionário dos preços.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.44. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.44.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.44.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.44.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1%** (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30** (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (meio por cento) a 30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (meio por cento) a 30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5%** (meio por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5%** (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.2.1. Será adotado o regime de empreitada por preço unitário, uma vez que, a contratante não possui a priori, com adequado nível de precisão, o número exato de unidades de cada um dos três itens de cada um dos dois grupos, a ser adquirido durante toda a execução contratual. Há um quantitativo mínimo para a execução do Pregão Eletrônico e um quantitativo máximo estipulado para Registro de Preço, os quais permitem reduzir os riscos dos contratantes na vigência do Pregão e do Registro de Preço.

9.2.2. Conforme art. 40, V, “b”, § 3º da Lei 14.133/2021, o objeto não será parcelado, pois o parcelamento comprometeria a economia de escala advinda da redução de custos na gestão do contrato, além de implicar em risco à Integridade do Objeto (Inviabilidade Técnica), uma vez que, a separação em partes compromete o funcionamento conjunto, a responsabilidade técnica ou a garantia.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.21.1. Não será dada preferência ou exclusividade para Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), pois nenhum item apresenta valor igual ou inferior ao limite legal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação – valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.**

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnico-Operacional

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.29.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.30. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.31. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29

de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.37.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.37.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.37.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.37.6.1. ata de fundação;

9.37.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.37.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.37.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.37.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.37.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.37.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 8.290.293,12 (oito milhões duzentos e noventa mil, duzentos e noventa e três reais e doze centavos), conforme custos unitários apostos no Quadro IV contido no ETP (anexo I deste Termo de Referência);

10.2. O prazo inicial de vigência da contratação é 24 (vinte e quatro) meses.

10.2.1. Nos primeiros 12 (doze) meses do contrato, o item/veículo será contratado para inicialmente o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do respectivo aceite do veículo pelo setor responsável do órgão /entidade.

10.2.2. Os veículos solicitados após transcorridos 12 (doze) meses da vigência contratual terão prazo de utilização mínima correspondente ao período remanescente de vigência do contrato.

10.2.3. Nos contratos resultantes da Ata, será admitido o aumento de 25% do quantitativo, bem como a contratação de quantitativo que não venha a ser imediatamente utilizado, havendo pagamento apenas da parcela que venha a ser efetivamente usada no período, de forma a reduzir a necessidade de aditivos contratuais a cada necessidade de incremento.

10.2.4. Em qualquer hipótese, deverá ser respeitado o limite máximo de vigência de 10 (dez) anos previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.5. Caso o uso do veículo objeto do contrato se estenda por mais de 24 (vinte e quatro) meses o veículo deverá ser substituído por outro nas mesmas condições do item 1.1 deste Termo de Referência, voltando a contar o prazo mínimo de locação previsto no item 10.5.2.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

10.4. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo inicialmente registrado.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente .

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Belo Horizonte, (na data da assinatura digital).

13. ANEXO I

~~ANEXO I~~

Não se aplica, todos os anexos necessários e citados neste documento serão anexados ao final.

14. ANEXO II

~~ANEXO II~~

Não se aplica, todos os anexos necessários e citados neste documento serão anexados ao final.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO DE BRITTO

Equipe de apoio

RUBIA FRANCISCA SILVA LENZA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 12:43:15.

RAFAEL JUNIO ANDRADE ALVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 12:42:32.

ADRIEL BARBOSA SILVA

Equipe de apoio

ANEXO I

DO TR

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS

Estudo Técnico Preliminar 5/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 03631.000245/2026-46

2. Descrição da necessidade

2. Descrição da Necessidade

A necessidade consiste no deslocamento de servidores visando ao atendimento do trabalho externo, de acordo com o cronograma das atividades de pesquisas da SES/MG, além das atividades administrativas.

Esses deslocamentos ocorrem tanto para áreas rurais quanto para áreas urbanas, e os veículos traçados, bem como, os veículos de passeio são cruciais para que o IBGE possa cumprir sua missão.

Justifica-se a contratação pelos motivos expostos a seguir:

1. O IBGE é o órgão do Governo Federal responsável pelo levantamento de diversas pesquisas realizadas em todos o território nacional;
2. Para a coleta de variáveis sociodemográficas como: o número de habitantes, a renda, a escolaridade, a migração, a fecundidade, a cor e raça, a renda familiar, dentre outros, bem como coleta de informações em propriedades rurais, escolas, empresas e órgãos públicos, a depender da pesquisa;
3. Para este ano de 2026 e para o ano de 2027, além das pesquisas já realizadas rotineiramente pelo IBGE, ainda há a previsão do treinamento da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em junho e a coleta a partir de julho, da PNADC, da Cnefe e do Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola;
4. A frota em operação não é suficiente para atender às demandas supracitadas, além disso existe parte dela que encontra-se em manutenção corretiva e outra parte já sem condições de uso, aguardando desfazimento.

É importante frisar que a realização dessas operações depende substancialmente de financiamento adequado e apoio político. A incerteza quanto à disponibilidade desses recursos e o contexto político-econômico podem afetar diretamente as datas e a execução dos projetos. Além disso, a ausência de projetos técnicos detalhados para algumas dessas operações implica que as estimativas e planejamentos devem se basear nas experiências anteriores, o que pode não refletir com precisão as necessidades futuras.

As operações de pesquisa dependem de orçamento ainda não totalmente garantido. A incerteza quanto à efetiva disponibilidade da totalidade desses recursos e o contexto atual da economia/planejamento das pesquisas específicas, podem afetar diretamente as datas reais da necessidade dos veículos. Com isso, as estimativas e os planejamentos precisam se basear nas experiências anteriores, não refletindo com precisão as necessidades futuras, de forma que o registro de preços é a solução indicada para contornar essa incerteza.

Ademais, identificou-se a necessidade da utilização do Sistema de Registro de Preços nesta contratação, devido às vantagens oferecidas por esse procedimento auxiliar. Foi divulgada Intenção de Registro de Preços nº 01/2026, à qual houve adesão de um órgão participante, a saber, Superintendência do IBGE no Estado do Tocantins.

Dessa forma a necessidade seria dos seguintes tipos de veículos, de acordo com o tipo de terreno que os servidores terão que enfrentar para realização das pesquisas:

QUADRO I- GRUPOS E TIPOS DE VEÍCULOS

Grupo 1	Minas Gerais	Veículos Tipo 01: veículos leves 4x2: Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.0, altura mínima do solo de 185 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex (etanol/gasolina), equipados com direção assistida (hidráulica ou elétrica), ar-condicionado, airbags frontais e sistema de freios ABS, devendo ainda possuir porta-malas com capacidade compatível para uso institucional. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Kwid, Fiat Mobi Trekking.
		Veículos Tipo 02: Veículos intermediários 4x2: Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.3 ou superior, altura mínima do solo de 200 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex ou

		diesel, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, capacidade de carga compatível com atividades operacionais, especialmente no caso de picapes. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Duster, Fiat Strada.
		Veículos Tipo 03: Veículos off-road 4x4: Veículos automotores com tração 4x4, preferencialmente com opção de reduzida, do tipo SUV, jipe ou picape de porte compacto ou médio, altura mínima do solo de 210 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, motorização compatível com uso em terrenos irregulares, combustível diesel ou flex, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, sendo desejável a presença de proteções inferiores para componentes mecânicos, adequados à circulação em áreas de difícil acesso. Modelos equivalentes ou similares a: Suzuki Jimny, Mitsubishi Pajero.
Grupo 2	Tocantins	Veículos Tipo 01: veículos leves 4x2: Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.0, altura mínima do solo de 185 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex (etanol/gasolina), equipados com direção assistida (hidráulica ou elétrica), ar-condicionado, airbags frontais e sistema de freios ABS, devendo ainda possuir porta-malas com capacidade compatível para uso institucional. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Kwid, Fiat Mobi Trekking.
		Veículos Tipo 02: Veículos intermediários 4x2: Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.3 ou superior, altura mínima do solo de 200 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex ou diesel, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, capacidade de carga compatível com atividades operacionais, especialmente no caso de picapes. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Duster, Fiat Strada.
		Veículos Tipo 03: Veículos off-road 4x4: Veículos automotores com tração 4x4, preferencialmente com opção de reduzida, do tipo SUV, jipe ou picape de porte compacto ou médio, altura mínima do solo de 210 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, motorização compatível com uso em terrenos irregulares, combustível diesel ou flex, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, sendo desejável a presença de proteções inferiores para componentes mecânicos, adequados à circulação em áreas de difícil acesso. Modelos equivalentes ou similares a: Suzuki Jimny, Mitsubishi Pajero

Exigências Complementares: Para todos os itens e grupos, os veículos deverão ter no máximo 2 anos de fabricação e 20.000 km rodados.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência Estadual do IBGE/MG	Rúbia Francisca Silva Lenza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Atender as condições estabelecidas no Tópico 6.

5. Levantamento de Mercado

5. Levantamento de Mercado

Para atendimento de necessidade, as soluções disponíveis são:

- Aquisição de veículos próprios, que já se demonstrou onerosa. Além dos custos de aquisição, ainda há os encargos elevados de manutenção despendidos pelo IBGE, devido a fatores como o desgaste natural quanto à utilização dos veículos;
- Fornecimento de passagens através de transporte público aos servidores para deslocamentos. Embora seja a prática mais sustentável e econômica dentre as elencadas, muitas vezes os locais de pesquisa não são contemplados com transporte público, ou quando o são, demonstram-se precários, o que ainda torna necessário frota disponível ao IBGE;

- Adesão e utilização do programa do MobGov. A adesão se dará de forma centralizada no órgão, o que ainda não ocorreu;
- Locação de veículos com terceiros, que diminuiria os custos de manutenção e substituição de eventuais veículos, além da economia de tempo.

Conforme levantamento de mercado, as melhores alternativas para atendimento do interesse público desta contratação são as estabelecidas no QUADRO I deste ETP.

6. Descrição da solução como um todo

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

a) Requisitos necessários:

- A contratação deverá contemplar a locação de veículos automotores, sem fornecimento de motorista, com disponibilização de frota em perfeitas condições de uso, abrangendo manutenção, seguro e demais encargos necessários à plena execução do objeto. Os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados, em conformidade com a legislação de trânsito vigente, e em adequado estado de conservação, higiene e segurança, sendo de responsabilidade da contratada todos os custos relacionados a IPVA, licenciamento, seguros obrigatórios e demais taxas.
- A contratada deverá assegurar a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual, sem ônus adicional para a contratante, incluindo reposição de peças, pneus e acessórios, de modo a garantir a disponibilidade contínua da frota. Deverá, ainda, disponibilizar serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas, inclusive para situações de pane mecânica, elétrica ou sinistros, com cobertura em todo o território de atuação da contratante.
- O Licitante deve atestar ter tido contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano no fornecimento da prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes. Uma vez que, o respectivo procedimento licitatório terá prazo de duração de 24 meses, este tempo de experiência mínima de 1 (um) ano mostra-se razoável com vistas a assegurar a prestação eficiente do serviço. A exigência de comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços de locação de veículos mostra-se necessária e proporcional à complexidade e à essencialidade do objeto, considerando a necessidade de continuidade, disponibilidade operacional e adequada gestão da frota contratada. A experiência pretérita do mercado demonstra que a execução satisfatória do serviço demanda capacidade administrativa, logística e operacional já consolidada, a fim de minimizar riscos de descontinuidade, atrasos na disponibilização dos veículos e falhas na manutenção. Ademais, o prazo fixado revela-se razoável e compatível com o objeto, sem impor restrição excessiva à competitividade do certame.
- Será exigida a contratação de seguro total para os veículos, com cobertura contra colisão, roubo, furto, incêndio e danos a terceiros, incluindo danos materiais e corporais, cabendo à contratada a responsabilidade por eventuais franquias, salvo disposição contratual diversa devidamente justificada. O risco da cobertura de danos/roubo/incêndio relativa ao próprio veículo poderá ser assumido pela locadora, todavia, a parte relativa a veículos de terceiros, deve ter cobertura por seguro ou seguro caução.
 - A contratada poderá optar pela autogestão dos veículos para assumir a responsabilidade relacionada ao seguro, desde que mantidos os limites mínimos de cobertura do seguro (item 5.1.2.7.1 do TR): a) Danos materiais a terceiros R\$ 100.000,00; b) Danos corporais a terceiros R\$ 150.000,00; c) Danos morais a terceiros R\$ 5.000,00.”
- A contratada deverá garantir a substituição imediata do veículo em casos de indisponibilidade, independentemente do motivo, por outro de características equivalentes, no prazo a ser definido contratualmente, de forma a não comprometer a continuidade dos serviços.
- Adicionalmente, a contratada deverá disponibilizar e comprovar a existência de rede de oficinas credenciadas ou próprias, aptas à realização de manutenção e reparos, pelo menos nos municípios de referência de cada Coordenação Regional no caso dos veículos do IBGE/MG (conforme QUADRO II, do item 6.1, abaixo) e no endereço IBGE/TO (conforme QUADRO III) para os veículos do estado de Tocantins, garantindo que o motorista possa acionar diretamente a oficina para recolhimento do veículo, realização do conserto e sua devolução em prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Caso esse prazo não seja cumprido, a contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, veículo substituto de características equivalentes até a plena recuperação do veículo original, nos prazos a seguir:
 - 48 (quarenta e oito) horas – para quando o transporte esteja sendo executado em áreas distantes mais de 200 km (duzentos quilômetros) da regional para onde for alocado o veículo em Minas Gerais, conforme Quadro II;
 - 24 (vinte e quatro) horas - para quando o transporte esteja sendo executado em áreas distantes menos de 200 Km (duzentos quilômetros) da regional para onde for alocado o veículo em Minas Gerais, conforme Quadro II;
 - 48 (quarenta e oito) horas - para quando o transporte esteja sendo executado em áreas distantes mais de 200 Km (duzentos quilômetros) de Palmas/Tocantins no caso da Superintendência Estadual do IBGE/TO;
 - d) 24 (vinte e quatro) horas - para quando o transporte esteja sendo executado em áreas distantes menos de 200 Km (duzentos quilômetros) de Palmas/Tocantins no caso da Superintendência Estadual do IBGE/TO;
- Os veículos substituídos, que não atendam às disposições contratuais, serão recusados pela fiscalização.
- Para pequenos reparos como furo de pneus, empenamento de rodas, problemas com baterias, e outros de pequeno valor, o IBGE poderá realizar o conserto, apresentando NF ou RPA, cujo valor será descontado da fatura mensal do respectivo contrato, caso a empresa não tenha indicado local apto a realizar os serviços de imediato.
- No que se refere às infrações de trânsito, em caso de multas, a Contratada deverá encaminhar a Notificação de Infração de Trânsito, digitalizada, via e-mail, em até 15 dias antes do prazo final para defesa. O IBGE não se responsabilizará por multa de não identificação do condutor, caso não tenha sido notificado em tempo hábil para realizar tal identificação. O IBGE não se responsabilizará por multas cujo condutor tenha sido equivocadamente indicado pela contratada, ou as quais, se corretamente identificado, a penalização poderia ter sido convertida em advertência.
- Só haverá ressarcimento de multas após comprovação do efetivo pagamento ao órgão sancionador.

- A contratada deverá manter estrutura operacional adequada, com canais de comunicação eficientes para atendimento das demandas da contratante, garantindo a execução do contrato com níveis satisfatórios de qualidade, tempestividade e confiabilidade.
- Não será dada preferência ou exclusividade para Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), pois nenhum item apresenta valor igual ou inferior ao limite legal.
- Os veículos deverão ser substituídos quando sua quilometragem atingir 40.000 Km, por veículos, nas mesmas condições das exigências iniciais.

b) Natureza do serviço:

- Os serviços a serem contratados se enquadram nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante. Os serviços possuem natureza continuada, de acordo com o disposto no Art. 15 da IN 05/2017, pois visam a atender à necessidade pública de modo específico, podendo exceder um exercício financeiro, assegurando as atividades finalísticas do órgão ou entidade, sendo que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional da entidade. Ademais, os serviços são considerados comuns, pois, seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo ato convocatório, através de especificações usuais do mercado, de acordo com o explicitado no Art. 14 da IN 05/2017.

c) Critérios e práticas de sustentabilidade:

- A contratação visa o fornecimento de veículos de motor a diesel ou flex, o que possibilita o uso de etanol (biocombustível) em vez de gasolina (combustível fóssil). Sendo este utilizado somente em situações excepcionais. Além disso, nas obrigações da contratada deverão ser contemplados mecanismos de implementação de sustentabilidade, reafirmando o comprometimento do IBGE em promover boas práticas em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento econômico e social.

d) Duração inicial do contrato de prestação de serviços

- O prazo inicial de vigência da contratação é 24 (vinte e quatro) meses;
- Nos primeiros 12 (doze) meses do contrato, o item/veículo será contratado para inicialmente o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do respectivo aceite do veículo pelo setor responsável do órgão/entidade.
- Os veículos solicitados após transcorridos 12 (doze) meses da vigência contratual terão prazo de utilização mínima correspondente ao período remanescente de vigência do contrato.
- Nos contratos resultantes da Ata, será admitido o aumento de 25% do quantitativo, bem como a contratação de quantitativo que não venha a ser imediatamente utilizado, havendo pagamento apenas da parcela que venha a ser efetivamente usada no período, de forma a reduzir a necessidade de aditivos contratuais a cada necessidade de incremento.
- Em qualquer hipótese, deverá ser respeitado o limite máximo de vigência de 10 (dez) anos previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- Caso o uso do veículo objeto do contrato se estenda por mais de 24 (vinte e quatro) meses o veículo deverá ser substituído por outro nas mesmas condições do item 1.1 do Termo de Referência, voltando a contar o prazo mínimo de locação previsto no item 10.5.2. do Termo de Referência.
- Após o período inicial de 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual, e observados os limites e condições estabelecidos na Lei 14.133 /2021, especialmente, o art. 125, poderá ser promovida a supressão do quantitativo contratado, de modo a adequá-lo à demanda real do IBGE, contemplando apenas os veículos efetivamente utilizados.

e) Localidades

- Em Minas Gerais: A entrega inicial dos veículos será centralizada em Belo Horizonte, na rua Oliveira, número 523, Bairro Cruzeiro, BH-MG CEP: 30310-150;
- Em Tocantins: A entrega inicial dos veículos será centralizada em Tocantins/TO, na Q. 401 Sul Avenida Joaquim Teotônio Segurado, 17 - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77015-554.”

No caso de Minas Gerais, a utilização dos veículos será em todo o estado e a distribuição será feita pelo IBGE/MG e às suas expensas, conforme necessidade de cada agência e seus municípios jurisdicionados, listadas no quadro abaixo:

QUADRO II- Distribuição dos veículos por Coordenação Regional do IBGE/MG

Coordenação Regional	Município(s) de referência	Grupo 01	Grupo 02	Grupo 03
Sul	1. Varginha. Endereço: Rua João Manoel Azze, 64, Centro. Varginha - MG. CEP: 37.002-370; e 2. Pouso Alegre. Endereço: Rua Cel. Joaquim Roberto Duarte, 544, Nossa Senhora da Aparecida. Pouso Alegre - MG. CEP: 37.553-502	04	01	01
Grande Belo Horizonte	Belo Horizonte. Endereço: Avenida Afonso Pena, 867, 18º andar, Centro. BH - MG. CEP: 30.130-002	02	01	00
Vales	Araçuaí. Endereço: Rua Dom Serafim, 471, Centro. Araçuaí - MG. CEP: 39.600-000	00	03	01

Triângulo	Uberaba. Endereço: Rua Doutor Silvério José Bernardes, 481, Bairro São Sebastião Uberaba - MG CEP: 37.502-028	03	00	01
Centro-Oeste	1. Agência Divinópolis. Endereço: Avenida Amazonas, 275, Bairro Vila Belo Horizonte. Divinópolis - MG. CEP: 35.500-028; e 2. Agência Passos. Endereço: Travessa Belo Horizonte, 39, apart. 202, Bairro Belo Horizonte. Passos - MG CEP: 37.900-022	03	00	01
Norte	1. Agência Montes Claros. Endereço: Praça Dr. Carlos Versiane, 55, Centro Montes Claros - MG CEP: 39.400-612; e 2. Curvelo. Endereço: Avenida Antônio Olinto, 190, 2º andar, Centro. Curvelo - MG CEP: 35.790-001	00	01	01
Leste	1. Governador Valadares. Endereço: Rua Sete de Setembro, 2812, Centro. Governador Valadares - MG. CEP: 35.010-172; e 2. Ipatinga. Endereço: Rua Juiz de Fora, 52, sala 203, Centro. Ipatinga - MG. CEP: 35.160-031.	00	05	01
Metropolitana	1. Sete Lagoas. Endereço: Rua Paulo Frontin, 1261, Centro. Sete Lagoas - MG. CEP: 35700-818; e 2. Betim. Endereço: Avenida Bandeirantes, 975, 3º Andar, Bairro Chácara. Betim - MG CEP: 32670-345	00	01	00
TOTAL		12	12	06

- Tendo em vista a amplitude do prazo de contratação, é possível que haja modificações quanto à quantidade e localidade das Coordenações Regionais.

No caso de Tocantins, a utilização dos veículos será em todo o estado e a distribuição será feita pelo IBGE/MG e às suas expensa, conforme Quadro III:

QUADRO III- Distribuição dos veículos por Coordenação Regional do IBGE/TO

Endereço de entrega dos veículos.	Grupo 2 Veículo tipo 1	Grupo 2 Veículo tipo 2	Grupo 2 Veículo tipo 3
Q 401 Sul Avenida Joaquim Teotônio Segurado, 17 - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77015-554.	20	10	10

- A presente contratação será realizada por Sistema de Registro de Preços. Assim, os quantitativos acima indicados correspondem às quantidades máximas estimadas por grupo para a Ata de Registro de Preços (ARP), não constituindo obrigação de contratação integral, nem garantindo a solicitação de todos os itens ou de sua totalidade em uma única demanda.
- Respeitando as disposições do item acima, o quantitativo mínimo de veículos a ser contratado de imediato pelos órgãos participantes corresponde a 80% (oitenta por cento) da quantidade registrada na Ata de Registro de Preços.

f) Fornecimento de Combustível

- O combustível será fornecido pela contratante via rede de abastecimento credenciada, através de contrato celebrado em processo próprio.

g) Descrições complementares

Além do exposto nos itens anteriores, a contratada deverá ainda:

- Entregar e manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, de conservação, manutenção, pintura, segurança e higiene, equipados com cintos de segurança, pneu de socorro e demais acessórios exigidos pela legislação pertinente, bem como a documentação atualizada;
- Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada nos veículos no decorrer da prestação dos serviços;
- Substituir, quando exigido pelo IBGE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer veículo que se apresente em más condições de conservação, limpeza e apresentação interna e externamente;
- Não utilizar pneus recauchutados ou remoldados, bem como quaisquer componentes elétricos, mecânicos ou eletromecânicos reconicionados, ou que se achem vencidos;
- Reembolsar a Administração, mediante desconto em suas faturas ou através de qualquer meio de cobrança a critério da Administração, todas as despesas que este tiver de efetuar para suprir falhas ocorridas nos serviços objeto do Termo de Referência, em consequência de ação ou omissão da Contratada;
- Arcar com todo e qualquer dano e prejuízo causado à Administração;
- Reembolsar, de imediato, as despesas efetuadas com o uso de táxi pelos servidores e/ou contratados da Administração nas hipóteses de inobservância do prazo de substituição;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- A Contratada deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

07. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Foi definido o quantitativo estimado de veículos/mês pela Superintendência do IBGE/MG e da entidade participante, conforme QUADRO II e QUADRO III.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.290.293,12

08. Estimativa do Valor da Contratação

A pesquisa de preços foi realizada por meio do Painel de Preços do Ministério da Inovação e Gestão em Serviços Públicos, ferramenta oficial utilizada para consulta de contratações públicas, na qual foram analisados diversos editais e processos licitatórios que apresentavam requisitos semelhantes aos desta contratação, especialmente quanto às especificações dos veículos e condições de prestação do serviço.

Adicionalmente, foram utilizados como parâmetro contratos vigentes firmados por outras Superintendências Estaduais do IBGE, cujos objetos são compatíveis com o pretendido, e pesquisa direta junto a fornecedores aptos a prestarem o serviço no estado de Minas Gerais.

Destaca-se que os procedimentos adotados estão em conformidade com o disposto no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece diretrizes para a estimativa do valor da contratação, bem como com o art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021, que orienta sobre os parâmetros e metodologias para realização de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública.

Destes procedimentos, foram produzidas as Pesquisas de Preços 11, 12 e 14/2026 (ANEXO I destes Estudos Preliminares), cujos valores estão apresentados no Quadro IV, a seguir:

QUADRO IV - Valor por Grupo e Valor Total

Grupo de veículos	Número do item no IRP	Número de unidades	Valor da Mediana	Valor do Grupo	% do Total Mensal
01	1	12	R\$ 3.225,00	R\$ 38.700,00	11,20%
	2	12	R\$ 4.525,00	R\$ 54.300,00	15,72%
	3	06	R\$ 8.917,43	R\$ 53.504,58	15,49%
02	4	20	R\$ 3.225,00	R\$ 64.500,00	18,67%
	5	10	R\$ 4.525,00	R\$ 45.250,00	13,10%

	6	10	R\$ 8.917,43	R\$ 89.174,30	25,82%
Total mensal	-	70	-	R\$ 345.428,88	100,00%
	-				
Total 24 meses				R\$ 8.290.293,12	

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não haverá parcelamento da solução, uma vez que a licitação ocorrerá em lote único. Contudo, este lote único será formado por dois (2) grupos, conforme Quadro IV constante neste Estudo Técnico Preliminar.

O licitante poderá oferecer proposta para um ou para ambos os grupos, sendo obrigatório apresentar ofertas para todos os itens dentro de um mesmo grupo. Este formato permite flexibilizar o princípio da centralização da contratação, sem reduzir os aspectos positivos dele, como ganho de economia de escala, com maior volume contratado possibilitando preços mais competitivos e melhores condições contratuais, bem como simplifica a gestão, vindo reduzir a complexidade administrativa e facilitando a fiscalização, garantindo maior padronização e eficiência na execução dos serviços.

Por outro lado, permite maior competitividade no procedimento licitatório, uma vez que, o fornecedor não está obrigado a oferecer proposta para todos os grupos, mas apenas para os itens dentro de cada grupo. Com isso mais empresas podem participar do processo licitatório, uma vez que os grupos estão agrupados por estados, a saber: Grupo 1, Minas Gerais e Grupo 2, Tocantins.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O atual contrato de fornecimento de combustíveis aos veículos utilizados pela SES/MG (NUP03631.000133/2024-23) pode ser considerado uma contratação correlata.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao Planejamento de Contratações Anual - PCA 2026 do IBGE, registrada como contratação nº 114618-21/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Redução de custos iniciais**
Evita a necessidade de altos investimentos na compra de veículos, permitindo que a entidade direcione recursos para suas atividades-fim, como pesquisas e levantamentos estatísticos.
- Manutenção e gestão simplificadas**
A responsabilidade por manutenção preventiva e corretiva fica com a empresa locadora, reduzindo a carga administrativa interna e garantindo veículos em boas condições.
- Atualização constante da frota**
Contratos de locação possibilitam a renovação periódica dos veículos, garantindo acesso a modelos mais novos, eficientes e seguros, o que é importante para operações em campo.
- Flexibilidade operacional**
Permite ajustar rapidamente a quantidade de veículos conforme a demanda (por exemplo, durante censos ou pesquisas sazonais), sem necessidade de compra ou venda de ativos.
- Previsibilidade orçamentária**
Os custos passam a ser fixos e previsíveis (mensalidades), facilitando o planejamento financeiro e o controle de gastos públicos.

13. Providências a serem Adotadas

13. Providências a serem Adotadas

Não é necessária, por ora, a adoção de providências adicionais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição pela solução almejada favorece a sustentabilidade ambiental e economicidade do Poder Público, por evitar dispêndio na aquisição e manutenção de veículo próprio.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que há soluções adequadas ao atendimento da presente demanda e o mercado apresenta fornecedores aptos à prestação dos serviços, manifesta-se pela viabilidade desta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO DE BRITTO

Pregoeiro

ADRIEL BARBOSA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 13:49:50.

RAFAEL JUNIO ANDRADE ALVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 13:48:28.

LIDIA DA SILVA FREITAS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 14:58:38.

RUBIA FRANCISCA SILVA LENZA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 15:01:45.

ANEXO I

DO ETP

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Relatório emitido em 03/06/2026 15:04

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
14/2026	114618	Concluída	RAFAEL JUNIO ANDRADE ALVES

Título: Locação de Veículos leves/pesados sem motorista

Observações: Veículos off-road 4x4, automotores tração 4x4, preferencialmente opção reduzida, tipo SUV, jipe/picape, porte compacto ou médio, capacidade mínima 4 passageiros, motorização para uso terrenos irregulares, combustível diesel ou flex, altura elevada do solo, com direção assistida, ar-condicionado, airbags, freios ABS, desejável ter proteções inferiores para componentes mecânicos, adequados para rodar em áreas de difícil acesso. Modelos referência (não vinculante): Suzuki Jimny, Mitsubishi Pajero.

Total de itens cotados: 1 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 53.504,6100

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade	
4014 - Locação de veículos - leves / pesados - sem motorista	UNIDADE	6	
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	<input checked="" type="radio"/> Mediana	Coefficiente de Variação: 30,1997%
R\$ 4.700,0000	R\$ 9.372,5150	R\$ 8.917,4350	Desvio Padrão: 2.830,4742
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 14.250,0000

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 4.700,0000	16/03/2026	Sim
---	---	--	----	---------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98209505900092026	16/03/2026	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Sistema de registro de preços para a contratação de empresa com a finalidade de locação de veículos automotores, para atender as necessidades desta municipalidade
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Municipal	982095	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB	SISRP
Fornecedor		Ni Fornecedor	Modalidade
MF LOCACOES E SERVICOS LTDA		26.873.352/0001-45	Pregão
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VEÍCULO TIPO PICK UP CABINE DUPLA: FABRICAÇÃO/MODELO: FABRICAÇÃO; 2026, 4 PORTAS; 5 PASSAGEIROS (INCLUINDO O MOTORISTA); COMBUSTÍVEL: ETANOL E GASOLINA; MOTORIZAÇÃO: POTÊNCIA NÃO INFERIOR A 100 CV; TRANSMISSÃO: MANUAL; DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; AR CONDICIONADO E TODOS OS DEMAIS ITENS DE SÉRIE DA VERSÃO DO VEÍCULO; CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DA CAÇAMBA: 600 KG; FREIO ABS, AIR BAG (NO MÍNIMO FRONTAIS), ENCOSTOS DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, CINTOS DE SEGURANÇA PARA TODOS OS OCUPANTES E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. CONDIÇÕES DE LOCAÇÃO: SEM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL POR CONTA DO CONTRATANTE, QUILOMETRAGEM LIVRE, SEGURO TOTAL E MANUTENÇÃO POR CONTA DA LOCADORA. APRESENTAR PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E CONSERVAÇÃO E CONTER TODOS OS ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS COMO EXTINTOR, ESTEPE, CHAVE DE RODA, MACACO E TRIÂNGULO.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 10.500,0000	05/03/2026	Sim
---	---	---	----	---------	-----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
120638059000592024	05/03/2026	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Prec os para contratac a o do servic o de locac a o de vei culos sob demanda (mensal) para a Base Ae rea de Campo Grande (BACG).
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	120638	BASE AÉREA DE CAMPOGRANDE	SISRP
Fornecedor		Ni Fornecedor	Modalidade
TM VEICULOS E SERVICOS LTDA		30.587.848/0001-20	Pregão
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Veiculo Tipo: PICK-UP, cabine dupla, motor Diesel ou Flex, potência mínima de 140Cv, tração 4x4, 04 (quatro) portas, ar condicionado, com no máximo 02 (dois) anos de fabricação; direção hidráulica, vidros e travas elétricas nas quatro portas, CD player, rádio AM/FM, sendo com capota de lona removível e fixadores para armação de cargas e veiculos com carroceria fechadas, sem motorista e abastecida totalmente, com jogo de tapetes de borracha, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor, com quilometragem livre (Modelos: S-10, Frontier, Amarok, Hilux, Ranger ou similar). (1 UN) será o equivalente da Locação para cada veiculo, por periodo de 30 dias.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	II	Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso do Sul - Contratações Similares pela Administração Pública	144		R\$ 9.138,8700	17/03/2026	Sim

Data da Cotação

17/03/2026

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação

14:59

Endereço Eletrônico

<http://w3.protocolo.sda.ibge.gov.br/SDA-Protocolo/processoDigitalizado.jsf>

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	II	Superintendência Estadual do IBGE de Goiás - Contratações Similares pela Administração Pública	50		R\$ 8.696,0000	17/03/2026	Sim

Data da Cotação

17/03/2026

Hora da Cotação

Endereço Eletrônico

15:03 https://fundacaoibge-my.sharepoint.com/personal/janaina_jesus_ibge_gov_br/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fjanaina%5Fjesus%5Fibge%5Fgov%5Fbr%2FDocuments%2FArquivos%20de%20Chat%20do%20Microsoft%20Teams%2FContrato%5FLocatudo%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fjanaina%5Fjesus%5Fibge%5Fgov%5Fbr%2FDocuments%2FArquivos%20de%20Chat%20do%20Microsoft%20Teams&ga=1

Informações Adicionais

-

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	II	Superintendência Estadual do IBGE na Bahia - Contratações Similares pela Administração Pública	96		R\$ 6.719,4700	17/03/2026	Sim

Data da Cotação

17/03/2026

Hora da Cotação

15:05

Endereço Eletrônico

<http://w3.protocolo.sda.ibge.gov.br/SDA-Protocolo/processoDigitalizado.jsf>

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	II	Superintendência Estadual do IBGE no Tocantins - Contratações Similares pela Administração Pública	120		R\$ 8.595,7800	17/03/2026	Sim

Data da Cotação

17/03/2026

Hora da Cotação

15:09

Endereço Eletrônico

<http://w3.protocolo.sda.ibge.gov.br/SDA-Protocolo/processoDigitalizado.jsf>

Informações Adicionais

-

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	IV	PONTUAL LOC CAR LTDA - Fornecedor	6		R\$ 12.380,0000	01/04/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

12.305.622/0001-07

Endereço Eletrônico

<https://www.pontualrentcar.com.br/>

Data da Cotação

01/04/2026

Hora da Cotação

11:07

Validade da Cotação

01/06/2026

Contato

pontuallicitacoes@yahoo.com.br

Informações Adicionais

-

Anexos

ORÇAMENTO IBGE BELO HORIZONTE 31-03-2026- Pontual Rent Car.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	IV	lokamig Empresas - Fornecedor	6		R\$ 14.250,0000	01/04/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

16.982.779/0001-28

Endereço Eletrônico

<https://lokamig.com.br/>

Data da Cotação

01/04/2026

Hora da Cotação

11:09

Validade da Cotação

06/04/2026

Contato

-

Informações Adicionais

-

Anexos

ORÇAMENTO Lokamig Rent a Car SA - IBGE.pdf

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Nota Técnica

A pesquisa de preços foi realizada por meio do Painel de Preços do Ministério da Inovação e Gestão em Serviços Públicos, ferramenta oficial utilizada para consulta de contratações públicas, na qual foram analisados diversos editais e processos licitatórios que apresentavam requisitos semelhantes aos desta contratação, especialmente quanto às especificações dos veículos, condições de prestação do serviço e abrangência operacional.

Adicionalmente, foram utilizados como parâmetro contratos vigentes firmados por outras Superintendências Estaduais do IBGE, cujos objetos são compatíveis com o pretendido, e a pesquisa direta com fornecedores locais, possibilitando maior aderência à realidade da Administração Pública e contribuindo para a obtenção de preços mais fidedignos ao mercado.

Destaca-se que os procedimentos adotados estão em conformidade com o disposto no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece diretrizes para a estimativa do valor da contratação, bem como com o art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021, que orienta sobre os parâmetros e metodologias para realização de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública.

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

ANEXO II

DO EDITAL

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS

Contrato 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	114618-UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS	RAFAEL JUNIO ANDRADE ALVES	03/06/2026 12:46 (v 0.12)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	21/2026	03631.000245/2026-46

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 03631.000245/2026-46)

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS E

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por intermédio de sua Superintendência Estadual em Minas Gerais, com sede na Rua Oliveira, 523, Cruzeiro, na cidade de Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0016-26, neste ato representada pela Superintendente Estadual Rúbia Francisca Silva Lenza, nomeada pela Portaria nº 1404, de 10 de dezembro de 2024, publicada no DOU de 11 de dezembro de 2024, portadora da Matrícula Funcional nº 1361831, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 03631.000245/2026-46 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de serviços de locação de veículos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	-------------------	------------	----------------	-------------

1	Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.0, altura mínima do solo de 185 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex (etanol /gasolina), equipados com direção assistida (hidráulica ou elétrica), ar-condicionado, airbags frontais e sistema de freios ABS, devendo ainda possuir porta-malas com capacidade compatível para uso institucional. Modelos de referência (não vinculante): Renault Kwid, Fiat Mobi Trekking.	4014	veículo/mês	XX		
2	Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.3 ou superior, altura mínima do solo de 200 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex ou diesel, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, capacidade de carga compatível com atividades operacionais, especialmente no caso de picapes. Modelos de referência (não vinculante): Renault Duster, Fiat Strada.	4014	veículo/mês	XX		
3	Veículos automotores com tração 4x4, preferencialmente com opção de reduzida, do tipo SUV, jipe ou picape de porte compacto ou médio, altura mínima do solo de 210 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, motorização compatível com uso em terrenos irregulares, combustível diesel ou flex, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, sendo desejável a presença de proteções inferiores para componentes mecânicos, adequados à circulação em áreas de difícil acesso. Modelos de referência (não vinculante): Suzuki Jimny, Mitsubishi Pajero.	4014	veículo/mês	XX		

Exigências Complementares: Para todos os itens e grupos, os veículos deverão ter no máximo 2 anos de fabricação e 20.000 km rodados.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados da **data de assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação, tais como os relacionados à implantação inicial da execução contratual, mobilização da frota, preparação dos veículos, dentre outros, deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A contratada deverá iniciar a execução do objeto em até 20 (vinte) dias corridos, após a assinatura do contrato, prorrogável por mais 20 dias corridos, se necessário, desde que justificado e aprovado pela contratante.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12, Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.2.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.2.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.3. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.4. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.5. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.7. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.8. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.12. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.13. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.14. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.22. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.22.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.23. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.24. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.26. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.27. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.28. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 114618;

II) Fonte de recursos: 10000000000;

III) Programa de trabalho: 04121222420U60001 e 04121222420U60001;

IV) Elemento de despesa: 339033

V) Plano interno: 3010 - CADASTRO; 3045 - REDE e 2958 - PESQUISAS

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Belo Horizonte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Belo Horizonte, (ver data da assinatura digital).

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RUBIA FRANCISCA SILVA LENZA

Autoridade competente

EDUARDO DE BRITTO

Pregoeiro

ADRIEL BARBOSA SILVA

Equipe de apoio

RAFAEL JUNIO ANDRADE ALVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 12:46:42.

ANEXO III

DO EDITAL

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS

Ata de Registro de Preços 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	114618-UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS	RAFAEL JUNIO ANDRADE ALVES	03/06/2026 12:44 (v 0.12)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	21/2026	03631.000245/2026-46

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 03650.000034/2026-85
MINUTA DE Ata de Registro de Preços nº 01/2026

A Superintendência Estadual do IBGE em Minas Gerais, com sede na Rua Oliveira, 523, Cruzeiro, na cidade de Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0016-26, neste ato representado(a) pela Superintendente Estadual Rúbia Francisca da Silva Lenza, nomeada pela Portaria nº 1404, de 10 de dezembro de 2024, publicada no DOU de 11 de dezembro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 1361831, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026, publicada no de/...../2026, processo administrativo n.º 03631.000245/2026-46, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação nº 90001/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de locação de veículos, especificado(s) no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 90001/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
---------	---

TR									
GRUPO	ITEM	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
XX	XX	Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.0, altura mínima do solo de 185 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex (etanol/gasolina), equipados com direção assistida (hidráulica ou elétrica), ar-condicionado, airbags frontais e sistema de freios ABS, devendo ainda possuir porta-malas com capacidade compatível para uso institucional. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Kwid, Fiat Mobi Trekking.	XX	XX	veículo /mês	XX	XX	R\$ XX	XX
	XX	Veículos automotores com tração 4x2, motorização mínima 1.3 ou superior, altura mínima do solo de 200 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, combustível flex ou diesel, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, capacidade de carga compatível com atividades operacionais, especialmente no caso de picapes. Modelos equivalentes ou similares a: Renault Duster, Fiat Strada.	XX	XX	veículo /mês	XX	XX	R\$ XX	XX
	XX								

	Veículos automotores com tração 4x4, preferencialmente com opção de reduzida, do tipo SUV, jipe ou picape de porte compacto ou médio, altura mínima do solo de 210 mm, capacidade para no mínimo 4 passageiros, motorização compatível com uso em terrenos irregulares, combustível diesel ou flex, equipados com direção assistida, ar-condicionado, airbags e freios ABS, sendo desejável a presença de proteções inferiores para componentes mecânicos, adequados à circulação em áreas de difícil acesso. Modelo equivalentes ou similares a: Suzuki Jimny, Mitsubishi Pajero.	XX	XX	veículo /mês	XX	XX	R\$ XX	XX
--	--	----	----	--------------	----	----	--------	----

Exigências Complementares: Para todos os itens e grupos, os veículos deverão ter no máximo 2 anosde fabricação e 20.000 km rodados.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
XX	Superintendência Estadual do IBGE em Tocantins	veículo/mês	XX

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo inicialmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Belo Horizonte, na data da assinatura

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIEL BARBOSA SILVA

Equipe de apoio

RAFAEL JUNIO ANDRADE ALVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 12:44:27.

EDUARDO DE BRITTO

Pregoeiro

RUBIA FRANCISCA SILVA LENZA

Autoridade competente

ANEXO IV

DO EDITAL

RESUMO DO EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90001/2026

Locação de Veículos – IBGE/MG

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- Registro de preços para locação de veículos, sem motorista, para atendimento das demandas do IBGE em Minas Gerais e IBGE em Tocantins.

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- Superintendência Estadual do IBGE em Minas Gerais (Órgão Gerenciador)
- Superintendência Estadual do IBGE em Tocantins (Órgão Participante)

3. MODALIDADE E FORMA DA LICITAÇÃO

- Modalidade: Pregão Eletrônico
- Sistema: Registro de Preços (SRP)
- Critério de julgamento: Menor preço por grupo
- Modo de disputa: Aberto

4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

- Valor total estimado: R\$ 8.290.293,12

5. QUANTITATIVOS PREVISTOS

- Quantidade máxima estimada na Ata de Registro de Preços:
- Total estimado: 70 veículos. Os quantitativos representam estimativas máximas, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração.

6. CONTRATAÇÃO MÍNIMA PREVISTA

- Os órgãos participantes realizarão contratação imediata correspondente a, no mínimo: 80% das quantidades registradas na ARP

7. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- As propostas deverão ser enviadas exclusivamente pelo sistema eletrônico,

contendo:

- Valor unitário por veículo;
- Marca;
- Fabricante.

8. ETAPA DE LANCES

- Os lances ocorrerão eletronicamente;
- O intervalo mínimo entre lances será de 1%;
- O julgamento ocorrerá pelo menor preço.
- **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, assim entendido o valor unitário mensal multiplicado por 24 (vinte e quatro) meses, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem um mesmo grupo, podendo ainda o licitante participar de um ou de ambos os grupos, conforme item 1.2 deste Termo de Referência.**

9. ASSINATURA DA ATA E DO CONTRATO

- Prazo para assinatura da ARP: 2 dias úteis;
- Prazo para assinatura do contrato: 2 dias úteis;
- Admitida assinatura eletrônica.

•

10. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- Início da execução do objeto: 20 dias corridos da assinatura do contrato, prorrogável por mais 20 dias corridos, se necessário, desde que justificado e aprovado pela contratante.

OBSERVAÇÃO: Naquilo que divergir entre presente resumo e o Edital e seus anexos, prevalece os últimos.